

Leitura na escola: um barco à deriva?

Marlene Teixeira

Professora no Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada – UNISINOS
<marlenet@unisinos.br>

Sabrina Ferreira

Aluna do Curso de Mestrado em Lingüística Aplicada – UNISINOS (Bolsista CAPES)
<sabrina.f@ienh.com.br>



Resumo – Este artigo busca, na teoria da enunciação de É. Benveniste, elementos para repensar o trabalho com a leitura na escola. Considera que, na discussão das noções gêmeas de forma e sentido, o autor formula uma concepção de significado que, de um lado, pode deter a interpretação à deriva, implicada na visão de leitura centrada no leitor, e, de outro lado, possibilita que se transcenda a idéia de que é pela decifração do código que se dá o processo de construção do significado. Conclui que, no processo de leitura, é sempre de um trabalho com a língua que se trata, trabalho que se renova a cada ato de aproximação do aluno com o texto, porque a língua é submetida ao ato de enunciação.

PALAVRAS-CHAVE: enunciação; forma; sentido; sujeito; leitura.

Introdução

A prática em sala de aula não cessa de produzir interrogações. Gostaríamos, neste artigo, de pensar a partir de uma situação curiosa que vem se apresentando há já algum tempo em nossa experiência como professoras: em atividades de interpretação, quando solicitados a responder sobre o texto, os alunos, de um modo geral, voltam-se para o teto ou para as paredes da sala de aula. Jamais para o texto. O que se pode ler nesse gesto de afastamento do objeto de onde, supostamente, advém o significado? Se o texto não o detém, por onde ele anda? Que elementos o constituem? Como devemos procurá-lo? Qual a hora certa de deter essa busca?¹

Dascal (2006, p. 216-222) apresenta respostas diferentes para essas interrogações, a partir do “vasto território” das teorias do significado que ele procura mapear em parte. Começa distinguindo duas concepções diametralmente opostas de significado: o modelo criptográfico² e o modelo hermenêutico.

De acordo com o modelo criptográfico, o significado é um conjunto de dados a ser inferido a partir de outros dados, os sinais do código. Basta conhecer o código e aplicar suas regras para encontrá-lo. A atividade do intérprete é de descoberta de um sentido que está lá, no texto, à espera que o leitor o decodifique.

Já no que diz respeito ao modelo hermenêutico, é o intérprete que dá significado ao sinal. Em outras palavras, o significado é uma construção a ser engendrada no processo interpretativo, acionado pela presença do

sinal, mas que ultrapassa o que está codificado. Leitores diferentes, ou o mesmo leitor em circunstâncias diferentes, construirão sentidos diferentes para o mesmo sinal. Como se pode perceber, a atividade do intérprete, nesse modelo, é de criação, não mais de mera decifração de um significado que está no texto.

Dascal (2006, p. 219) considera que os dois modelos de leitura, por motivos completamente diversos, trazem uma conseqüência similar: ambos negligenciam ou minimizam o papel do produtor do texto, ou seja, desconhecem que os signos são produzidos em atos comunicativos por “agentes motivados por determinadas intenções comunicativas”.

A solução encontrada pelo autor para corrigir essas visões distorcidas do processo de interpretação está no que ele chama de modelo pragmático (ou socioprágmatco). Nesse modelo, o significado não é nem um dado independente, nem uma pura construção do leitor. O intérprete não tem liberdade total, uma vez que “é restrito pela necessidade de recuperar a intenção do falante tal como expressa em palavras que têm um significado literal³ definido” (DASCAL, 2006, p. 222). No entender de Dascal, ao enfatizar somente o código ou somente o

¹ Esses questionamentos não são de fácil solução, mobilizando filósofos e lingüistas que se dedicam a pensar o significado.

² Criptografia é o ato de escrever em cifra, isto é, em código.

³ Dascal (2006) utiliza a expressão “significado literal” em um sentido mais amplo que o usual, referindo-se com ela a todos os tipos de significados *convencionalizados* (cf. explica no cap. 26, p. 580-611).

leitor, se está esquecendo que o texto é produzido com intenções comunicativas.

É importante destacar que o modelo pragmático não deixa de levar em conta os outros dois, isto é, nem desconhece que existem significados ‘objetivos’ associados aos signos, nem que o conhecimento prévio do leitor interfira no processo. No entanto, o modelo pragmático acredita que a interpretação não se resume à mera decodificação semântica, nem a um gesto de criação de significados pelo intérprete.

A exposição de Dascal auxilia a compreender o que está por trás do trabalho pedagógico relacionado à leitura. É verdade que a prática escolar ainda aposta em que o significado está na decodificação do código escrito, uma vez que o aluno é, com frequência, solicitado a “extrair” o significado que está lá, depositado no texto. Mas, curiosamente, o trabalho com o código é proposto como mera identificação de estruturas e formas, privilegiando-se o procedimento de identificá-las e nomeá-las, sem qualquer preocupação com seu funcionamento discursivo. Trata-se de um trabalho classificatório, em que o uso da metalinguagem ganha destaque em detrimento da análise dos efeitos de sentido que os fatos de língua adquirem no processo de leitura.

Por outro lado, ecos dos progressos da lingüística, em decorrência da expansão da pragmática entre os filósofos de Oxford, trazem fortemente, para a sala de aula, a idéia de que a participação do intérprete e da informação contextual é essencial ao processo de interpretação (TEIXEIRA, 2005). Passa-se a invocar o conhecimento prévio do leitor como absolutamente determinante na prática de leitura, e, novamente, deixa-se de levar em conta que a mobilização de recursos lexicais e sintáticos de uma língua é fundamental no do processo de constituição de textos.

O tipo de racionalidade que orienta nossas ações no mundo parece dificultar a instituição de uma posição no entremeio. Assim, a escola opera pela dissociação entre as formas da língua e seu emprego, eximindo-se de enfrentar a complexidade inerente aos atos de linguagem.

A proposta de Dascal traz contribuição no sentido da superação dessa dissociação, à medida que propõe um modelo que, embora faça uso substancial da informação semântica, embora reconheça a interferência das características e circunstâncias do leitor no processo de constituição do significado, contempla também a intenção do produtor do texto. Evidentemente, essa intenção não é tomada como evidente, pois, como bem ensinam os estudos pragmáticos, pode-se transmitir, pela linguagem, algo diferente daquilo que as palavras significam semanticamente (DASCAL, 2006, p. 220). Tampouco se trata da intenção “real” do autor, mas de

possíveis intenções, reconstruídas pelo intérprete a partir da interação entre os componentes lingüísticos do texto e os conhecimentos prévios do leitor. Dascal dedica as 729 páginas da obra *Interpretação e compreensão* (2006) à tarefa de tentar esclarecer os princípios por meio dos quais se dá o processo de interpretação. E o faz sob a perspectiva da pragmática da comunicação (ou socio-pragmática) cujas bases encontram-se nos princípios da filosofia da linguagem de P. Grice.⁴

O propósito de nosso artigo é trazer a contribuição da lingüística da enunciação para pensar a questão da leitura. Particularmente recorreremos à teoria de Benveniste,⁵ onde se encontra uma concepção de linguagem que, de um lado, pode deter a interpretação à deriva, implicada na concepção de leitura centrada no leitor, e, de outro lado, possibilita que se transcenda a idéia de que é pela simples decifração do código que se dá o processo de construção do significado.

As teorias pragmáticas e as enunciativas frequentemente são colocadas no mesmo plano.⁶ No entanto, acreditamos que elas se distinguem num ponto essencial. Enquanto na visão pragmática a linguagem é um instrumento que serve para alguém expressar suas intenções para outrem, na perspectiva enunciativa, a linguagem está essencialmente ligada à subjetividade. Desse modo, se, pelo viés pragmático, importam as razões que levam o locutor a dizer, isto é, o modo como o locutor age no sentido de provocar reação no interlocutor, o olhar enunciativo focaliza o processo de enunciação, isto é, as marcas da enunciação no enunciado.

Acreditamos que, ancorada nos princípios trazidos pela teoria da enunciação de Benveniste, a prática pedagógica pode reconduzir o olhar do aluno para o texto no momento da interpretação, sem reduzir a leitura a um mero gesto de decodificação. Isso porque a concepção de sentido com que trabalha a lingüística da enunciação tem uma dupla dimensão: a do sentido dado pela estrutura da língua, reiterável, e a do sentido dado pela enunciação, sempre mutável e adaptável, porque o sujeito aí está implicado (Teixeira, 2005). O que o leitor vai encontrar, nestas páginas, é um percurso por textos de Benveniste (1988, 1989) que auxiliem a compreender a leitura como ato que implica o sujeito que mobiliza a língua para se relacionar com o mundo.⁷

⁴ Para um contato com essa teoria, ver: GRICE, H. P. *Lógica e conversação*. In: DASCAL. *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Campinas/SP: UNICAMP, 1982. v. IV. p. 81-103.

⁵ Os estudos enunciativos, de um modo geral, trazem, a nosso ver, grande contribuição ao trabalho com leitura na escola. Se nos restringimos a Benveniste, é para não exceder os limites deste artigo.

⁶ Fuchs (1985) vê a pragmática como uma tendência abrigada no rótulo dos estudos enunciativos. Já Parret (1997) coloca a perspectiva enunciativa dentro do “leque” das pragmáticas.

⁷ Procuramos trazer novos elementos para fundamentar o que se desenvolve em Teixeira (2005), Teixeira e Di Fanti (2006), Ferreira e Teixeira (2007).

O percurso inicia por um texto em que Benveniste, para compreender o que efetivamente caracteriza a linguagem humana, apresenta, como contraponto, um estudo sobre o processo de comunicação entre abelhas. Nosso propósito, ao trazer esse texto, é refletir sobre o que está pressuposto nas práticas pedagógicas de leitura centradas na decifração do código.

A seguir, apresentamos um dos artigos mais importantes da produção benvenistiana, *A forma e o sentido na linguagem* (1989, p. 220-242), em que a questão filosófica da forma e do sentido é abordada de um ponto de vista lingüístico particular, fora de qualquer pressuposto filosófico. Na reflexão levada a efeito nesse artigo, encontramos elementos para problematizar a idéia, tão difundida hoje na escola, de que o texto dá lugar a qualquer leitura.

Finalmente, considerações são feitas sobre como ressoam as formulações de Benveniste aqui trazidas no trabalho pedagógico com a leitura. Tais considerações são inspiradas na interpretação que Lichtenberg (2001, 2006) promove do texto benvenistiano.

1 Única é a condição da linguagem humana

Em texto de 1952, Benveniste discute uma pesquisa⁸ sobre a troca de mensagens entre abelhas, tida como a mais organizada forma de comunicação animal. Seu objetivo é, a partir da descrição do que ocorre nesse processo, encontrar meios de compreender o que efetivamente caracteriza a linguagem humana.

Essa pesquisa observa, numa colméia transparente, que a abelha, depois que volta de uma descoberta de alimento, é imediatamente rodeada pelas outras abelhas que estendem, na sua direção, as antenas para recolher o pólen que ela carrega e para absorver o néctar que ela vomita. Depois, seguida pelas companheiras, executa danças, que consistem em traçar círculos horizontais da direita para a esquerda, depois da esquerda para a direita, sucessivamente, ou em imitar a figura de um 8, acompanhada por uma vibração contínua do ventre.

Após essas danças, uma ou mais abelhas saem da colméia em direção à fonte que a primeira havia visitado. Na volta, fazem as mesmas danças e novas abelhas se dirigem ao mesmo local da fonte. Os dois tipos de dança constituem-se como verdadeiras mensagens pelas quais a descoberta é assinalada à colméia.

Benveniste (1988, p. 64) destaca pontos nos quais a comunicação das abelhas se assemelha à comunicação humana. As abelhas manifestam aptidão para simbolizar, isto é, capacidade de formular e interpretar um “signo”. Suas danças põem em ação um simbolismo verdadeiro, embora rudimentar: dados objetivos são transpostos em gestos formalizados, que comportam elementos variáveis e de “significação” constante. O sistema dessa

comunicação é válido no interior de uma comunidade determinada e cada membro dessa comunidade encontra-se em condições de empregá-lo ou compreendê-lo nos mesmos termos.

No entanto, para Benveniste (1988, p. 65), essas semelhanças não autorizam a dizer que as abelhas têm uma verdadeira linguagem. As diferenças são consideráveis e é observando-as que ele chega ao que efetivamente caracteriza a linguagem humana. Enumeramos as que nos parecem mais significativas. As abelhas não conhecem o diálogo, condição essencial da linguagem humana. O processo de comunicação desses animais leva a uma conduta, não a uma resposta. Como não há diálogo, a comunicação se refere apenas a um dado objetivo; não há comunicação relativa a um dado lingüístico.⁹ Logo, a mensagem da abelha não pode ser reproduzida por outra que não tenha visto ela própria os fatos que a primeira anuncia: a abelha não constrói uma mensagem sobre outra mensagem.¹⁰ Já a linguagem humana é única na medida em que propicia um substituto da experiência, adequado para ser transmitido indefinidamente no tempo e no espaço. Finalmente, a “linguagem” das abelhas não se deixa analisar, não se reduz a elementos identificáveis e distintos (não pode ser decomposta em morfemas ou fonemas, por exemplo), enquanto que, na linguagem humana, os elementos se combinam segundo regras definidas, isto é, um número finito de fonemas/um número reduzido de morfemas permite um número considerável de combinações.

A idéia de que o significado está no texto para ser decifrado não parece sustentar-se no pressuposto de que a comunicação entre os homens se assemelha à das abelhas? A prática pedagógica que solicita a “retirada” de sentido do texto não estaria ignorando que a “dança” dos humanos, por mais que se execute a partir de uma base comum, abre-se para uma gama infinita de possibilidades que não se deixam apreender por uma operação de simples deciframento?

Se há algo de incontornável no movimento dos humanos em direção ao significado, por que investimos insistentemente, na escola, em atividades destinadas a “ensinar” a ler? Não têm razão aqueles que acreditam que o sentido é uma “criação” do intérprete?

⁸ Essa pesquisa decorre de experiências realizadas trinta anos antes pelo professor de Zoologia Karl von Frisch da Universidade de Munique.

⁹ “[...] a linguagem permite estágios complicados, já que se pode sempre utilizá-la para falar sobre a linguagem, relatar a fala de outro graças ao estilo direto, indireto ou indireto livre, retomar uma palavra, mal compreendida, retransmitir uma mensagem [...]. Eis um traço que jamais se encontra na comunicação animal” (CULIOLI, 1976, p. 70).

¹⁰ Authier-Revuz (2001), comentando esse texto, entende que uma das propriedades essenciais da linguagem humana destacada por Benveniste é a reflexividade. É nessa capacidade de não limitar a linguagem à representação do mundo, mas em produzir “significância sobre significância”, em fazer proliferar a linguagem sobre si mesma, que reside o específico da linguagem humana. Sobre a relação meta-linguagem/subjetividade na enunciação, ver Authier-Revuz (1995).

De certo modo, Benveniste (1989, p. 220-234) responde a essas indagações quando refere o duplo sistema constantemente em ação na língua.

2 Forma e sentido: duas noções gêmeas

Em texto publicado em 1966, Benveniste propõe-se a abordar as noções de forma e sentido na linguagem. Inicia tecendo considerações sobre a aversão pelo problema da significação que caracterizava a reflexão de lingüistas da época, ocupados que estavam com “o que pode ser apreendido, estudado, analisado por técnicas cada vez mais precisas e cada vez mais concretas” (1989, p. 221).

Sua tentativa é reinterpretar a oposição forma/sentido no funcionamento da língua. O ponto de ancoragem da reflexão de Benveniste é o pressuposto de que é da natureza da linguagem significar, ou seja, a significação não é dada à linguagem por acréscimo:

[...] bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*. Se nós colocamos que à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar (1989, p. 222).

Na busca de explicar o que entende por significação, marca sua diferença em relação ao modo como se posicionam os lógicos que se ocupam da questão, citando especialmente Carnap e Quine.

Benveniste não desconhece que a língua é, como define Saussure, um sistema de signos. Considera, porém, que é preciso ir além do ponto em que Saussure chegou “na análise da língua como sistema significante”, pois acredita que ela pode ser “outra coisa ao mesmo tempo” (1989, p. 224).

Passa, então, a discutir a noção saussuriana de signo, “unidade bilateral por natureza”, que se apresenta como significante e como significado (1989, p. 225). “O significante é a forma sonora que condiciona e determina o significado”. Além desse aspecto formal, a entidade chamada signo é dotada de significado “na comunidade daqueles que fazem uso da língua” (1989, p. 225).

O que é interessante nessas considerações de Benveniste sobre o signo saussuriano é que elas dão visibilidade a uma dimensão estrutural importante para pensar a questão da significação. O signo entra numa rede de relações e oposições com outros signos do sistema lingüístico e, antes mesmo de se constituir como palavra, significa.

Nesse nível abstrato, que Benveniste chama de semiótico, ser distintivo é ser significativo. As formas são formas se forem reconhecidas pelos usuários da língua. Na visão do lingüista, “para que um signo exista, é suficiente e necessário que ele seja aceito e que se

relacione de uma maneira ou de outra com os demais signos” (1989, p. 227). Cada signo tem uma denotação conceptual, genérica, não circunstancial (o significado) que inclui uma subunidade, o conjunto de seus substitutos paradigmáticos, não admitindo significado “particular ou ocasional” (1989, p. 228). Sobre esse fundamento semiótico, a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação “intencionada”, produzida pela sintagmatização das palavras, em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem como signo.

Na interpretação de Lichtenberg (2006, p. 34), a partir das noções de forma e sentido, Benveniste, “ao mesmo tempo em que preserva os princípios que estabelecem a Lingüística da Língua, insere o discurso”, propondo um estudo da língua que “não prescinde do que é próprio à fala” (LICHTENBERG, 2006, p. 45).

Se a unidade do semiótico é o signo, a do semântico é a palavra (BENVENISTE, 1989, p. 230). As palavras são utilizadas para noções sempre particulares, específicas, circunstanciais, nas acepções contingentes do discurso.

No domínio do discurso, não é apenas a palavra que significa, mas também a frase. A frase, expressão do semântico, não é senão particular e implica a referência à situação de discurso e à atitude do locutor. O sentido de uma palavra é seu emprego. O sentido da frase é a *idéia* que ela exprime, realiza-se formalmente na língua pela “escolha, pelo agenciamento das palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras” (BENVENISTE, 1989, p. 230).

Lichtenberg (2006, p. 56) considera a *idéia* em Benveniste como um termo que se aproxima de referência.¹¹ Assim, expressar uma *idéia* pode ser entendido como atribuir referência. Enquanto o signo tem por parte integrante o significado que lhe é inerente (dado pela relação com outros signos do sistema), o sentido da frase “implica referência à situação do discurso e à atitude do locutor” (BENVENISTE, 1989, p. 230).

É de acordo com o modo como Benveniste compreende a relação entre essas duas noções, a partir da formulação do princípio da dupla significância, que o problema da referência pode ser melhor precisado. A dupla significância é o modo específico que a língua tem de significar, como consequência da combinação de dois modos distintos de significação: o semiótico e o semântico (BENVENISTE, 1989, p. 64).

O semiótico é o nível do signo, definido como unidade dotada de significação na comunidade daqueles que fazem uso de uma língua. Para que signifique, é

¹¹ O tema da referência foi excluído dos estudos lingüísticos de base saussuriana, sendo retomado por Benveniste de modo bastante particular, como referência ao sujeito e não ao mundo (cf. Flores e Teixeira, 2005, p. 36).

necessário que o signo seja aceito e se relacione de um modo ou outro com os demais signos que o definem e o delimitam no interior da língua. No domínio do signo, a referência não se coloca.

O domínio semântico, a que pertence a frase, resulta da atividade do locutor que coloca a língua em ação. O sentido da frase é a idéia cada vez particular que ela evoca; sua “referência” é o estado de coisas que a provoca, ou seja, a situação de discurso a que ela se reporta que não podemos jamais prever ou fixar.

Essa compreensão não deve levar a crer que os sentidos sejam absolutamente determinados pela instância enunciativa. Como vimos, para Benveniste (1989), os signos do repertório semiótico, em si mesmos, têm sempre um valor genérico conceptual, adquirindo significado na relação de diferença que se dá na imanência do sistema. No entanto, a partir da “apropriação” da língua pelo sujeito, eles se materializam em palavras, instrumentos da expressão semântica, sempre particulares “nas acepções contingentes do discurso” (1989, p. 233).

Na construção de significado no discurso, conforme Benveniste, a idéia evocada não é livre; ela sofre a restrição das leis de seu agenciamento. A língua em uso constrói uma semântica própria, mas sobre um fundamento semiótico, o que afasta toda possibilidade de uma compreensão solipsista da significação. Essa semântica é produzida pela sintagmatização das palavras, que retêm uma pequena parte de seu valor enquanto signo (1989, p. 234).

No debate feito após essa conferência, uma das questões propostas a Benveniste foi relativa ao fato de ele estar ainda numa classificação dicotômica ao formular a dupla significância nos níveis semiótico e semântico. No entender de Lichtenberg (2001, p. 153), não há propriamente dicotomia entre semiótico e semântico.

Se Benveniste a estabelece, é com o intuito de garantir a compreensão desse processo: a partir da generalização ocorre a especificidade. A generalidade de um conceito se dá pela ausência de referência, e este conceito sofre restrição quando a referência existe, numa situação de emprego da língua.

O próprio Benveniste dá margem a que esse procedimento “dicotômico” seja compreendido como um recurso provisoriamente encontrado para melhor dar a ver a natureza do que ele propõe como significado. Em resposta às questões colocadas por Piguet (BENVENISTE, 1989, p. 239),

Como a semiótica e a semântica podem coexistir metodologicamente, se uma é do tipo analítico e a outra do tipo global não analítico? Qual deve ser, então, finalmente o método fundamental que orienta a lingüística em seu conjunto?

Benveniste (1989, p. 240) responde:

Concebo então duas lingüísticas distintas. Esta é, no estágio presente de estudos, uma fase necessária, desta reconstrução que somente começamos a compreender [...]. Acho totalmente vantajoso que se avance por lingüísticas diferentes; [...] deixando para ver em seguida como elas podem se juntar e articular.¹²

Queremos, finalmente, dar realce a mais um aspecto trazido nesse texto. Benveniste considera que “os signos se dispõem sempre e somente em relação dita paradigmática”, enquanto que o “sentido”, na acepção semântica, se realiza por uma relação sintagmática (1989, p. 230). Não entraremos no mérito de se essa proposta está em descompasso com Saussure.¹³ Apenas gostaríamos de derivar da interpretação de Lichtenberg (2006)¹⁴ a esse respeito possíveis contribuições para esclarecer a integração que a teoria benvenistiana promove entre forma, no semiótico, e sentido, no semântico.

Para Lichtenberg (2006, p. 38), Saussure considera as relações paradigmáticas e sintagmáticas como “mecanismos da língua”, enquanto, em Benveniste, elas correspondem “a colocar a língua em funcionamento”, o que implica “trabalho dos sujeitos, relativo à situação de enunciação” (ibid.). Determinar o princípio que rege uma associação, por Benveniste, é

tratar, ao mesmo tempo, com o homogêneo e o heterogêneo, pois o que comanda o estabelecimento de uma série associativa é o exercício da língua, a expressão de uma idéia que se caracteriza pela sucessão de signos da língua: um sintagma (LICHTENBERG, 2006, p. 49).

Sendo assim, “se a execução da língua se faz por um encadeamento de unidades combinadas, as associações *sempre* consideram *combinações*” (ibid.).

3 Do que retorna à escola

Acreditamos que essas considerações, apesar de sumárias, podem auxiliar a pensar o trabalho de leitura na escola.¹⁵

¹² Alguns anos depois, em *O aparelho formal da enunciação* (1989, p. 81-90), os dois planos são integrados na enunciação.

¹³ Segundo Saussure (1977), na língua, tudo se baseia em relações. As relações e diferenças entre termos lingüísticos se desenvolvem em duas esferas distintas, ambas indispensáveis à vida da língua, cada uma delas geradora de certa ordem de valores: (1) relações sintagmáticas: baseadas no caráter linear (em presença). Os elementos da língua não podem ser pronunciados ao mesmo tempo; eles se alinham um após o outro na cadeia da fala; termos relacionados, presentes numa série efetiva. Colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos; (2) relações paradigmáticas: baseadas em associações mnemônicas virtuais (em ausência) cuja sede está no cérebro.

¹⁴ É preciso esclarecer que não estamos trazendo a proposta da autora em toda a sua dimensão, mas apenas destacando um aspecto que nos parece fundamental para pensar o trabalho escolar com a leitura.

¹⁵ Para esse movimento de retorno, inspiramo-nos no trabalho de Lichtenberg (2001), que consideramos bastante elucidador no sentido de mostrar como trabalhar a língua desde uma perspectiva que não dissocie as noções gêmeas de forma e sentido.

Segundo ensina Benveniste, as palavras têm na língua uma significação, isto é, são signos. Na língua em uso, são signos que se atualizam. Ao atualizarem-se, conservam algo da significação que têm na língua, o que garante a generalidade que sustenta a comunicação. No entanto, a idéia que é expressa exige que as palavras sejam dispostas de determinada maneira, promovendo um sentido sempre outro. Isso ocorre por ser o enunciado único, já que resulta de um ato de enunciação que é da ordem do irrepetível.

Considerada a enunciação, o enunciado, seu produto, constitui “a expressão de uma idéia relativa ao contexto e à atitude do sujeito” (LICHTENBERG, 2001, p. 180). Dessa forma, o sentido das palavras não se resolve numa análise de elementos lingüísticos vistos isoladamente, mas circula pelo enunciado, influenciando e deixando-se influenciar, pois as palavras não encerram um sentido só seu, mas significam nas inter-relações que se dão no processo de sintagmatização, em solidariedade com outras palavras.

Ao enunciar, o sujeito “realiza um trabalho com a língua toda” (LICHTENBERG, 2006, p. 139). É, então, sempre de um trabalho com a língua que se trata na prática de leitura, trabalho que se renova a cada ato de leitura, porque a língua é submetida à enunciação.

Isso significa não reconhecer ao leitor papel no processo de constituição do sentido? Acreditamos que não. Afinal, na perspectiva enunciativa, é pelo sujeito que a língua se transforma em discurso. Além disso, para Benveniste, esse processo não se dá sem o outro, pois, desde que “eu” assume a língua, implanta o “tu” diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a esse “tu”. “Toda enunciação é, explicitamente ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário” (Benveniste, 1989, p. 84). A estrutura do diálogo está dada necessariamente com a definição de enunciação, caracterizada que é pela acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja ele real ou imaginado, individual ou coletivo. É o que Benveniste (1989, p. 87) chama de “quadro figurativo da enunciação”, que prevê duas “figuras”, igualmente necessárias, “uma origem e outra fim da enunciação” (ibid.).

A nosso ver, se consideradas as teorizações de Benveniste sobre a forma e o sentido, a busca pelo significado deixa de ser uma viagem solitária do enunciador ou do co-enunciador, que se dá à revelia da língua.

A operacionalização do que teoricamente aqui apresentamos em relação ao significado requer que se auxilie o aluno a observar o modo como as palavras circulam pelo enunciado, inter-relacionando-se com outras para a expressão da idéia do enunciador. Assim, ele poderá passar à condição de dialogante com o texto, instituindo-se como o outro da escritura. Oferecendo escuta ao texto, colocando-se na posição daquele a quem se fala, o aluno-

leitor poderá experimentar sua própria presença, ou seja, instituir-se como quem fala, como aquele que, por sua intervenção singular, entreabre possibilidades de novos sentidos.

Referências

- AUTHIER-REVUZ, J. In: LOPEZ MUNOZ, J. M.; MARINETTE, S.; ROSIER, L. (Ed.). *Le discours rapporté dans tous ses états*. Bruxelas: L'Harmattan, 2004. p.35-53.
- BENVENISTE, E. (1946). Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1988. p. 247-259.
- _____. (1952) Comunicação animal e linguagem humana. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1988. p. 60-67.
- _____. (1967). A forma e o sentido na linguagem. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 220-242.
- _____. (1970). O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 81-90.
- CULIOLI, A. *Recherche en linguistique: Théorie des Opérations Énonciatives*. Transcription par les étudiants du séminaire de D.E.A. Département de Recherches Linguistiques, Université Paris 7, 1976. 263 p.
- DASCAL, M. *Interpretação e compreensão*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.
- FERREIRA, S.; TEIXEIRA, M. *Leitura em sala de aula: um ato enunciativo*. Porto Alegre: UniRitter, 2007 (no prelo).
- FLORES, V. do N. Por que gosto de Benveniste?: Um ensaio sobre a singularidade do homem na língua. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39. n. 4, p. 217-230, dez. 2004.
- FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. A lingüística comporta a enunciação: Émile Benveniste. In: _____. *Introdução à lingüística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-44.
- FUCHS, C. As problemáticas enunciativas: esboço de uma representação histórica e crítica. Tradução: Leticia M. Rezende. *Alfa: Revista de Lingüística da UNESP*, n. 29, p. 11-129, 1985.
- LICHTENBERG, S. Usos de *todo*: uma abordagem enunciativa. *Letras de Hoje*, Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 147-181, 2001.
- _____. *Sintaxe da enunciação: noção mediadora para reconhecimento de uma lingüística da enunciação*. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS.
- PARRET, H. Introdução. In: _____. *A estética da comunicação*. Além da pragmática. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 11-28.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- TEIXEIRA, M. É possível a leitura? *Nonada: Leitura em Revista*, Porto Alegre: UniRitter, ano 8, n. 8, p. 195-204, nov. 2005.
- TEIXEIRA, M.; DI FANTI, M. da G. *O texto como objeto de ensino: um olhar enunciativo*. In: GOMES, L. da S.; GOMES, N. M. T. (Org.). *Aprendizagem de língua e literatura: gêneros & vivências de linguagem*. Porto Alegre: Uniritter, 2006. p. 95-146.